

---

# O papel do professor como disseminador da nova pedagogia para a hegemonia

*The Paper of the Teacher as the Disseminator of the New Pedagogy for Hegemony*

*El papel del profesor como diseminador de la nueva pedagogía para la hegemonía*

Fernanda Soares Rezende  
[fernanda.soares.ufg@gmail.com](mailto:fernanda.soares.ufg@gmail.com)

Lajla Katherine Rocha Simião  
Universidade Federal de Goiás  
[lajlakatherine@hotmail.com](mailto:lajlakatherine@hotmail.com)

## Resumo

*O presente artigo objetiva trabalhar o papel angariado pelo professor na sociedade brasileira como intelectual de grande relevância no delineamento da nova pedagogia para a hegemonia, sobretudo no que diz respeito ao capitalismo neoliberal da Terceira Via, tendo em vista que o processo de ampliação da educação escolar representou um marco no desenvolvimento da política educacional brasileira dos anos de neoliberalismo. Essa ampliação ocorreu em consonância com o crescimento do número de professores, de modo que proporcionou ao debate educacional a incorporação de novas temáticas e interpretações. Esse fato colaborou para que o professor assumisse um papel primordial na disseminação dessa nova prática pedagógica. O recorte temporal deste artigo compreende o século XX, momento em que o projeto da hegemonia burguesa é gestado. No que concerne à decisão metodológica, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico.*

**Palavras-chave:** *Professor. Hegemonia. Sociedade Civil. Gramsci.*

## Abstract

*This paper aims to investigate the role raised by the teacher in Brazilian society as an intellectual of great relevance in the delineation of the new pedagogy for hegemony, especially with regard to the neoliberal capitalism of the Third Way. Considering that, the process of expansion of school education is very important to*

*the development of Brazilian educational policy in the years of neoliberal capitalism. This expansion occurred in line with the increased of the number of teachers, so that it allowed the incorporation of new themes and interpretations to the educational debate. This fact was important for teachers to assume a relevant role in the dissemination of this new pedagogical practice. The temporal cut of this study comprises the 20th century, when the project of bourgeois hegemony rising. We chose a qualitative bibliographic research methodology.*

**Key-words:** Teacher. Hegemony. Civil Society. Gramsci.

### Resumen

*El presente artículo objetiva trabajar el papel recabado por el profesor en la sociedad brasileña, Como intelectual de gran relevancia en el delineamiento de la nueva pedagogía para la hegemonía, sobre todo, en lo que se refiere al capitalismo neoliberal de la Tercera Vía. En vista de que el proceso de ampliación de la educación escolar representó un hito en el desarrollo de la política educativa brasileña de los años de capitalismo neoliberal. A saber, su expansión se produjo en consonancia con el crecimiento del número de profesores, de modo que proporcionó, en lo que se refiere al debate educativo, la incorporación de nuevas temáticas e interpretaciones. Hecho que corroboró para que el profesor asumiera un papel primordial como diseminador de esta nueva práctica pedagógica. Para ello, el recorte temporal comprende el siglo XX, momento en que el proyecto de la hegemonía burguesa es gestado. En lo que concierne a la decisión metodológica, optamos por realizar una investigación cualitativa de cuño bibliográfico.*

**Palabras clave:** Profesor. Hegemonía. Sociedad civil. Sociedad política.

O período que compreende o final dos anos 1980 e início dos 1990 representou, no cenário brasileiro, uma conjuntura de mudanças políticas e econômicas. Essas mudanças foram difundidas, sobretudo, pelo discurso ideológico de que era imprescindível reformular o papel do Estado,<sup>1</sup> a fim de incluir o Brasil no mundo “globalizado”.

Desse modo, a educação passou a angariar um papel de destaque, de maneira que se difundia a ideia de que o Brasil só se tornaria um país

---

<sup>1</sup> De acordo com Gramsci (1999), o conceito de Estado fundamenta-se na ideia de uma categoria cuja representação corresponde a uma manifestação e concretização de uma vontade universal obtida na interação entre os diversos interesses privados que habitavam a sociedade civil. Essa vontade universal, a partir da qual o Estado opera, corresponde à própria expressão do resultado das negociações essenciais à sociedade civil. A mediação entre o privado e o público, nesse caso, tem início nos interesses individuais, que posteriormente passam a ser tidos como particulares (GRAMSCI, 1999).

“desenvolvido” à medida que se adequasse aos padrões e às orientações estabelecidas pelo grande capital. Nesse contexto, o país, então, redefine seu programa político apoiado nos preceitos do neoliberalismo de Terceira Via<sup>2</sup>, de modo a promover uma relação ainda mais direta entre a formação escolar e a produção capitalista (LAMARE, 2011).

Nesse sentido, o processo de ampliação da educação escolar nas últimas décadas se apresenta como um traço de grande evidência do desenvolvimento da política da educação brasileira, sendo esta influenciada pelo prisma do capitalismo neoliberal, haja vista que formar para o mercado “passou a ter a conotação mais ampla de formar para o mundo” (LAMARE, 2011, p. 20).

Nessa nova roupagem do mundo capitalista, o professor assume o papel de disseminador da pedagogia para as novas faces da hegemonia, quer seja pelo expressivo número de profissionais, quer seja pela influência que exerce tanto na formação técnica como na ética e na política das novas e futuras gerações de estudantes. Dessa maneira, a formação e a prática desses profissionais adquiriram uma progressiva relevância estratégica para a construção e a consolidação de qualquer projeto político-social na atualidade brasileira.

A partir desses pressupostos, o presente artigo apresenta como método a dialética materialista histórica de Marx.<sup>3</sup> Entretanto, esse método será empregado não como um sistema explicativo de mundo, mas como instrumento de análise apoiado em conceitos e categorias historicamente

---

<sup>2</sup> Neoliberalismo de Terceira Via é uma expressão utilizada pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional para indicar as atualizações efetivadas no projeto político neoliberal a partir de meados da década de 1990 (NEVES, 2013, p. 2).

<sup>3</sup> A atuação do professor, como intelectual orgânico, tendo em vista a nova pedagogia para a hegemonia, requer o conhecimento dos distintos elementos que envolvem a prática educativa. Tal fato só é possível por intermédio de um método que possibilite compreender a nova roupagem do sistema educacional. Assim, a escolha do método materialista histórico dialético torna possível esse caminho de análise. Nas palavras de Marília Pires (1997, p. 86): “A lógica formal não consegue explicar as contradições e amarra o pensamento impedindo-lhe o movimento necessário para a compreensão das coisas. Se o mundo é dialético (se movimenta e é contraditório), é preciso um Método, uma teoria de interpretação, que consiga servir de instrumento para a sua compreensão, e este instrumento lógico pode ser o método dialético tal qual pensou Marx”.

produzidas, redefinidas no decorrer do desenvolvimento das relações sociais, da ciência e do conhecimento.

De acordo com Lima e Miotto (2007), o materialismo histórico dialético induz o pesquisador a analisar a contradição, o conflito, o “*devir*”, a totalidade, a historicidade e a unidade dos contrários, além de compreender as dimensões política, filosófica e social que abrangem o objeto de estudo (LIMA; MIOTTO, 2007). Assim, este estudo buscará, *a priori*, identificar as principais características da nova pedagogia para a hegemonia e promover um delineamento sobre a figura do professor como intelectual orgânico que colaborou para a configuração dessa nova pedagogia.

## Desenvolvimento

Nas últimas décadas do século XX, com o intuito de contornar tanto a crise<sup>4</sup> econômica como a hegemonia política e cultural brasileira, os governos consecutivos do país atribuíram ênfase às ações de reforma estrutural, sobretudo no que concerne às esferas social e ideológica. As políticas definidas nessa conjuntura incluíam reformas conforme a ideologia do “Estado mínimo”, a abertura da economia nacional ao mercado externo, a privatização das empresas públicas e a desregulamentação do trabalho.

Para que esse novo modelo de sociedade e de “cidadão” fosse gestado, as classes dominantes e dirigentes brasileiras estabeleceram mecanismos para efetivar a reforma na aparelhagem estatal, para que, assim, fosse minimizada a intervenção direta do Estado em determinadas áreas, pela privatização de empresas públicas bem como pela constituição de uma nova sociabilidade em consonância com a lógica do capital. Nessa direção, foi conferido um novo valor à educação<sup>5</sup> e às políticas sociais de modo geral (LAMARE, 2011).

---

<sup>4</sup> Sob a perspectiva de Souza (2002, p. 74): “os períodos de crise são, na realidade, uma necessidade vital para o capitalismo, pois são nesses momentos que se produzem as rupturas necessárias para a sua continuidade”.

<sup>5</sup> Para Lima (2002, p. 45), a educação, no final do século XX, “passa a ser o principal instrumento para o ‘alívio a pobreza’ e para a garantia de desenvolvimento (subordinado) dos países periféricos”.

A burguesia, então, disseminou o preceito de que o Estado não conseguia suprir por si só as demandas sociais. Em vista disso, era indispensável uma sociedade civil<sup>6</sup> mais ativa. Esse discurso passou a fundamentar o surgimento de organizações sociais estruturadas baseadas nos parâmetros empresariais. Nas palavras de Virginia Fontes (2010, p. 258):

A adesão empresarial brasileira ao programa globalizante ou neoliberal [...] expressa um salto em direção ao novo patamar de concentração de capitais, com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando em aprofundamento do predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos e rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancário, que tiveram enorme crescimento na década.

Diante do presente cenário, vislumbra-se, por meio da burguesia, um movimento com os propósitos de convencer e tornar cada vez mais hegemônicos os princípios, valores e hábitos que orientam a concepção de mundo sob a égide do capital. Como bem afirma Neves (2005, p. 16):

[...] como estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa, o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas, instaurando, por meio de uma pedagogia da hegemonia, uma nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil, com vistas a estabilizar, no espaço brasileiro, o projeto neoliberal de sociabilidade.

---

<sup>6</sup> De acordo com Gramsci (2000), a sociedade civil corresponde ao campo em que se concebe a materialização dos interesses privados. Para tanto, esse autor salienta que o Estado se fundamenta na ideia de uma categoria, cuja representação corresponde à manifestação e à concretização de uma vontade universal, obtida na interação entre os diversos interesses privados habitantes da sociedade civil. Desse modo, a vontade universal, a partir da qual o Estado opera, corresponde à própria expressão do resultado das negociações essenciais à sociedade civil. A mediação entre o privado e o público, nesse caso, tem início nos interesses individuais, que a *posteriori* são tidos como particulares. Assim, Gramsci (1999) defende que a sociedade civil compreende a mediação entre a estrutura econômica e o Estado propriamente dito.

Para essa autora, portanto, o capitalismo neoliberal, difundido por meio de uma nova pedagogia para hegemonia,<sup>7</sup> propalou sua lógica em torno da compreensão de que o Estado não pode estar em todos os lugares de forma simultânea. Dessa forma, é imprescindível que cada cidadão, tanto de modo individual como associado, seja responsável pela mudança que deseja na sociedade. Em suas palavras:

a partir de 1995, vêm sendo postas em prática reformas educacionais que alteram substancialmente as funções econômicas e político-sociais da escola brasileira. Essas reformas têm por finalidade formar, no espaço nacional, intelectuais urbanos de novo tipo, ou seja, especialistas e dirigentes que, do ponto de vista técnico, possam aumentar a competitividade e produtividade do capital, nos marcos de um capitalismo periférico e, do ponto de vista ético-político, possam criar e difundir uma cidadania política, baseada na colaboração de classes, corroborando a tese gramsciana de que a escola tem, no mundo contemporâneo, a função primordial de formar intelectuais de diferentes níveis (NEVES, 2005, p. 104).

Consoante à discussão, é necessário possibilitar o entendimento tanto do conceito da nova pedagogia para a hegemonia como do processo histórico em que ela se insere, para que, assim, possamos compreender o papel que o professor do atual contexto vem exercendo nas camadas sociais. Dessa maneira, é exatamente no período de redefinição dos fundamentos e das práticas do Estado brasileiro, na perspectiva da consolidação e do aprofundamento do projeto burguês, que surgem algumas práticas pedagógicas constitutivas da atual corrente da pedagogia da hegemonia representada pela Terceira Via. Isso ocorre por um processo em que o Estado ampliado se requalifica historicamente como agente educador.

Em vista disso, fica explícito o papel de relevância que a educação escolar passa a desempenhar, considerando que está ligada à disseminação de uma nova concepção de mundo, ordenada com as práticas político-ideológicas da

---

<sup>7</sup> Lúcia Neves (2010, p. 19) definiu a nova pedagogia da hegemonia enquanto: “uma educação para o consenso em torno das ideias, ideais e práticas adequadas aos interesses privados do grande capital nacional e internacional”.

burguesia, embora também possa ser usada na luta da classe trabalhadora para a transformação social. Nesse sentido, a educação não detém o papel de mera reprodução das relações sociais dominantes, por ser marcada por intensas contradições, práticas, ideias e lutas capazes de estabelecer limites aos projetos dominantes e ainda de instituir novas direções.<sup>8</sup>

Desse modo, as reformas educacionais no final do século XX visavam formar um novo intelectual em consonância com os pilares da ideologia burguesa. Esse fato denota a propagação de novos referenciais e práticas sociais que não evidenciam os projetos antagônicos de sociedade, os quais têm como base um modelo de sociabilidade voltado à conciliação de classes (LAMARE, 2011). Nas palavras de Neves (2011, p. 235):

O professor da educação superior e também o da educação básica são intelectuais orgânicos de projetos de sociabilidade. Eles podem contribuir para consolidar a hegemonia de um projeto político conservador ou mesmo colaborar na construção de uma outra direção moral e intelectual em um determinado momento histórico (NEVES, 2011, p. 235).

A escola detém, portanto, um papel imprescindível na formação desses intelectuais tanto em sentido amplo como em sentido estrito, haja vista que representa um espaço de disputa, pois, ao mesmo tempo que atua como reprodutora dos valores do capital, também representa o lugar em que a classe trabalhadora pode instituir probabilidades de transformações dessa lógica. Assim,

a educação escolar neoliberal visa formar homens empreendedores, do ponto de vista técnico, e homens colaboradores, do ponto de vista ético-político, ou seja, homens que não mais confrontam valores, conceitos e práticas de exploração e de dominação, limitando sua intervenção técnica e sócio-política ao aprimoramento das relações sociais vigentes (NEVES; PRONKO; SANTOS, 2007, p. 166).

---

<sup>8</sup> A escola corrobora com a formação de intelectuais para conservar ou transformar as relações sociais vigentes. Haja vista que são “criadores e disseminadores da cultura” em diferentes níveis e modalidades (MARTINS; NEVES, 2010, p. 32).

É por esse viés que chegamos à definição de uma nova pedagogia para a hegemonia no mundo contemporâneo, a qual se caracteriza como um conjunto de iniciativas e ações políticas voltadas à legitimação de um novo padrão social, capaz de assegurar o exercício da dominação de classe por meio de processos educativos positivos, para que haja uma consonância social em favor tanto do capitalismo como da burguesia da atualidade.

Assim sendo, a pedagogia para a hegemonia consiste em uma educação em conformidade com uma nova sociabilidade, na qual os sentidos de democracia, cidadania, ética, por exemplo, são redefinidos de acordo com os interesses privados do capital nacional e internacional. Para tanto, o respectivo processo pedagógico objetiva conduzir a um movimento de (re)educação dos indivíduos, propondo-se a estabelecer uma ponte entre os projetos sociais do mundo do capital e do mundo do trabalho. Logo, pode-se entrever que a pedagogia para a hegemonia é produzida e reproduzida pelo próprio Estado e por seus aparelhos públicos. Nas palavras de Gramsci (2001, p. 49):

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.

Gramsci (2001) defende que, nessa perspectiva, a educação assume o caráter de serviço, uma vez que é direcionada a preparar “homens-máquinas” e, conseqüentemente, a atender às necessidades imediatas da classe dominante (LAMARE, 2011). Assim, para Gramsci (2001), tal situação somente seria revertida a partir do momento em que o proletariado tomasse consciência de sua força política, de modo que fosse possível libertar suas mentes e corpos do consenso forjado pela classe dominante. Para tanto, seria necessário, primeiramente, lançar mão de dispositivos simbólicos culturais, o que conferiu aos intelectuais orgânicos um papel de fundamental importância. Por isso, abordaremos alguns

aspectos primordiais sobre a atuação dos docentes no que concerne aos direcionamentos rumo à hegemonia brasileira.

Os reflexos do cenário político neoliberal sob a atuação docente e a política educacional brasileira.

A expansão considerável da educação escolar, conforme foi ressaltado na seção anterior, apresenta-se como um traço marcante no desenvolvimento da política educacional brasileira dos anos de capitalismo neoliberal. Nessa perspectiva, com o mundo cada vez mais posicionado sob o prisma do capital, a formação dos professores passou a adquirir relevância estratégica para a construção e a consolidação de qualquer projeto político-social na atualidade brasileira, quer seja pelo grande contingente desses trabalhadores quer seja pela influência que eles exercem na formação intelectual e política das novas gerações.

De acordo com Lamare (2011), a proposta apresentada para a formação de professores ocorreu por intermédio da perspectiva de profissionalização, conceito que pressupõe profissionalizar os docentes mediante o *saber-fazer*, que almeja superar a dicotomia entre a prática educativa e a vida, de tal modo que, “buscando retirar do mestre a identidade construída ao longo da história de seu ofício, esvaziando-a de seu sentido original [...], procura construir uma outra mentalidade, competitiva e individualista por excelência” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 99).

Assim, pode-se compreender que o Estado esforçou-se em encontrar medidas para profissionalizar os professores, contudo tal formação passou a ser pautada pelas características requeridas pelo mercado em detrimento de uma formação intelectual ampla. A função social conferida aos professores tem sido paulatinamente direcionada aos interesses do modo de produção capitalista a partir de uma perspectiva dual.

O professor é, então, requisitado para contribuir com o desenvolvimento social e a produção de consensos em prol da hegemonia burguesa, ao passo que tem suas condições de trabalho precarizadas, suas subjetividades corrompidas e sua alienação fortificada pela retirada de sua autonomia e pela ausência de uma formação comprometida com seu desenvolvimento intelectual (ANES, 2015, p. 48). Não obstante, sob a ótica

do neoliberalismo, o professor deve possuir a capacidade de transformar o aluno em cidadão, flexível, proativo, empreendedor e polivalente. Nas palavras de Lamare (2011, p. 96):

A chamada de “Pedagogia das Competências” ou do “Capital” propõe, então, que o ensino deva se adequar, permanentemente, às exigências do mercado de trabalho, seguindo, assim, sua flexibilização. Fica evidenciado que o mercado é o parâmetro e desloca-se o conceito de qualificação e formação humana para o modelo de competências.

Esse autor ainda afirma que as noções de eficiência, competência, produtividade e competitividade foram, paulatinamente, inseridas no processo de formação dos professores, integrando as reformas educacionais brasileiras. Assim, a denominada “Pedagogia das Competências”<sup>9</sup> assinala que o ensino precisa se adaptar, de maneira constante, às demandas do mercado de trabalho, seguindo assim seus princípios de flexibilização. Isso demonstra que o mercado é o parâmetro pelo qual a educação passou a se orientar (LAMARE, 2011, p. 96).

Diante desse cenário, reportar-se à disputa de projetos de sociedade e de sociabilidade é igualmente remeter-se aos processos de formação humana empreendidos, também, pela escola. Assim posto, os espaços de formação de professores foram paulatinamente ampliados, não apenas como resposta às necessidades e às condições atribuídas pelo desenvolvimento econômico, mas como condição primordial para a construção de um projeto de sociedade na formação de uma nova sociabilidade capitalista, cuja burguesia fosse capaz de se perceber como integrante do projeto de liberalismo clássico.

Para Neves (2011, p. 236): “As classes dominantes no Brasil de hoje sabem que é preciso educar os educadores segundo os fundamentos técnicos e ético-políticos de seu projeto de sociedade e de sociabilidade”. O

---

<sup>9</sup> Ramos (2002, p. 295) considera que “a pedagogia das competências [...] assume e se alimenta ao senso comum como lógica orientadora das ações humanas [e] reduz todo sentido do conhecimento ao pragmatismo”.

professor se insere nesse projeto com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho – que se encontra cada vez mais racionalizado – e de, simultaneamente, viabilizar a consolidação do novo padrão de sociabilidade neoliberal no âmbito escolar.

No século XX, especificamente, o professor se inscreve como mediador da expansão tanto do mercado interno brasileiro, da competitividade internacional, quanto da consolidação da hegemonia da burguesia por intermédio da difusão de ideias, valores e práticas no ambiente escolar. Nesse contexto, perante a nova roupagem do capitalismo, o professor se insere como um intelectual orgânico da nova pedagogia para a hegemonia.

Gramsci (2002) analisa que os intelectuais não representam um grupo autônomo e independente, mas sim uma criação das classes sociais fundamentais para dar homogeneidade e consciência ao seu projeto de sociedade nas dimensões econômica, política e social. Assim, compreende como intelectual: “todo [indivíduo ou] estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2002, p. 93). Entretanto, salienta que nem todos os indivíduos são capazes de exercer essa função em sentido estrito na sociedade, evidenciando, assim, que o conceito de intelectual precisa ser ampliado.

Gramsci (2002), ao referir-se a esse sentido amplo, oferece bases para uma reflexão acerca da importância da atuação do intelectual tanto na propagação do projeto hegemônico quanto na provável promoção da transformação social. Em suas palavras,

criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI apud MARTINS; NEVES, 2010, p. 29).

A partir de Gramsci (2002), percebemos que, na sociedade contemporânea, o professor passa a desempenhar cada vez mais um papel político significativo no cenário nacional, uma vez que a capilaridade da sua atuação contribui de modo decisivo para a propagação de práticas culturais incorporativas. Sob a perspectiva de Coutinho (2006, p. 115-116), é primordial a atuação dos intelectuais orgânicos como “criadores e propagadores de ideologias”, proporcionando, assim, a socialização do conhecimento, especialmente o conhecimento relacionado ao pensamento social.

Entretanto, dependendo do nível de correspondência das forças sociais em cada formação social concreta, esses intelectuais podem se transformar em produtores e disseminadores de uma hegemonia opositora. Logo, a essência de sua formação e da sua prática profissional, por consequência, é crucial para fomentar a coesão social ou para promover a crítica do *status quo* (WILLIAMS, 2011; LAMARE, 2011).

Sobre o contexto brasileiro, Neves (2013, p. 4) afirma que

a metamorfose ocorrida nas relações de poder no país a partir de 1995 e a solidez alcançada pelo projeto capitalista neoliberal permitem assegurar que o professor, em todos os níveis de ensino, vem se constituindo, no capitalismo contemporâneo, em importante intelectual orgânico da nova pedagogia da hegemonia.

A reforma educacional brasileira foi gestada nos anos 1990 e materializou-se, no que diz respeito à formação de professores, no início dos anos 2000. As políticas concretizadas pelos governos, em maior parte sob a forma de programas, tiveram como referencial teórico, técnico e ético-político as determinações dos diferentes organismos internacionais. Como exemplo disso temos o governo de Fernando Henrique Cardoso, que instaurou no Brasil um projeto neoliberal de Terceira Via, cuja representação corresponde à atualização do projeto político neoliberal clássico. Com tal propósito, na tentativa de obter um consentimento da população, tendo em vista as novas propostas neoliberais, foram redefinidas as práticas educativas do Estado visando à disseminação de um novo padrão de sociabilidade de modo que

o novo papel desempenhado pelo Brasil no capitalismo mundial e a consequente ênfase atribuída à expansão homogeneizada da produção material e simbólica da vida fizeram redimensionar o papel atribuído à educação escolar e à educação política no país. Se, nos anos anteriores, era realçada a relação entre educação e inclusão social, a partir de meados dos anos 2000, sem que esta relação tenha perdido importância, passa a ser realçada a relação educação e produção, traduzida em melhoria da qualidade de ensino e um maior protagonismo do empresariado brasileiro nos rumos da educação escolar (NEVES, 2013, p. 7).

Dessa forma, houve uma transformação na composição e na dinâmica da sociedade civil para que ela se tornasse, gradativamente, um espaço de prestação de serviços sociais e de conciliação dos inúmeros conflitos sociais (NEVES, 2005). As estratégias do bloco no poder do país se concentraram, então, em três movimentos, sendo eles: a disseminação das ideias, valores e práticas neoliberais do projeto político hegemônico, a refuncionalização dos instrumentos de síntese da classe trabalhadora e a criação de novos sujeitos políticos coletivos. De acordo com Martins (2009, p. 112),

no primeiro movimento, a escola, as igrejas e a mídia se constituíram em aparelhos privados de hegemonia cultural privilegiados por essa ação política. O segundo movimento procurou trazer para dentro da ordem os conflitos de classe, buscando apagar a compreensão das contradições capital-trabalho. Os partidos, os sindicatos e os movimentos sociais populares foram convidados a participar, de forma subalterna, da implementação das políticas públicas, diluindo o potencial contestador de suas reivindicações. O terceiro movimento consistiu na criação de novos sujeitos políticos coletivos voltados majoritariamente para a defesa de interesses específicos de afirmação de identidades culturais (negros, idosos, mulheres, jovens, gays, entre outros) e a prestação de serviços sociais. As organizações não governamentais (ONGs) e, mais tarde, os institutos e fundações empresarias tiveram papel relevante nesse processo.

Nesse contexto, foram empreendidas inúmeras reformas educacionais sob o *slogan* “Educação para todos”, cujo intuito era o de propiciar a ampliação das oportunidades educacionais, de modo a suprir a carência de estrutura técnica e ético-política da força de trabalho conforme as exigências do projeto neoliberal da Terceira Via.

Na percepção de Sobrinho e Dias (2006), a formação, em função dos interesses econômicos e produtivos, passou a se revelar como um campo de conflitos e disputas integrado por diferentes forças, fato que ocasionou impactos significativos nas orientações políticas conferidas à educação em todos os níveis de ensino.

Assim, o ensino passou a ser descaracterizado como instituição social voltada à educação, à formação humana e à produção do conhecimento científico, para ceder lugar à sua condição de educação mercantilizada, direcionada para o aprimoramento da capacitação desenvolvida de maneira aligeirada e fragmentada, de maneira a ocasionar um processo de formação superficial e ao mesmo tempo suficiente para impossibilitar ações de contestação (SOBRINHO; DIAS, 2006).

Destarte, o professor, como intelectual orgânico inserido no contexto de reestruturação produtiva, também é acometido pelos impactos do neoliberalismo, haja vista que, para Anes (2015, p. 57), com base em Soares (2007),

seu trabalho é, ao mesmo tempo, supervalorizado porque envolve diretamente conhecimento e formação, e precarizado porque espera-se dele o necessário para produzir formações comprometidas com o mercado, justificando assim a sua baixa remuneração e as condições adversas que afetam sua prática, como salas de aulas cheias e os inúmeros compromissos burocráticos que assume para corresponder as demandas o contexto universitário.

Por conseguinte, os professores participaram, em suas múltiplas peculiaridades dos movimentos para a nova pedagogia da hegemonia, quer de forma singular, por intermédio da execução de políticas públicas de propriedade social no seu cotidiano, quer coletivamente, através da participação dos seus organismos representativos nas múltiplas instâncias de acordos sociais. Desse modo, passaram a integrar o grupo de intelectuais

que, por meio de novas estratégias de repolitização<sup>10</sup> da política, propagam essa nova pedagogia (NEVES, 2005). Em vista disso, pode-se inferir que, no cenário brasileiro atual, o professor, em seus mais distintos níveis de discernimento político, tem desempenhado, em sua quase plenitude, o papel de intelectual disseminador da nova pedagogia para a hegemonia.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, abordamos o papel estratégico que o professor tem desempenhado tanto na difusão de valores como na disseminação de uma “nova cultura” e de uma nova sociabilidade burguesa, a qual colabora para a estruturação dos indivíduos conforme o modelo hegemônico de sociedade. Nesse sentido, o ensino, paulatinamente, passou a ser redefinido com as transformações sociais, políticas e econômicas pautadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Sob a ótica do neoliberalismo de Terceira Via, essas políticas angariaram uma nova roupagem a partir do momento em que velhas propostas se (re)configuraram, instaurando o discurso da formação indispensável de um “novo homem” apto para um “novo tempo” (LAMARE, 2011).

Todavia, faz-se necessário evidenciar que a pesquisa possibilitou a compreensão de que a escola tem obtido um papel central diante do novo capitalismo. Os professores, como intelectuais orgânicos mediadores dessa nova pedagogia da hegemonia, têm a função primordial de cooperar na constituição de atitudes e comportamentos que “preparam” os alunos, em seus mais distintos níveis de ensino, para um mundo de incertezas, de

---

<sup>10</sup> De acordo com Nakamura (2014, p. 84), Marx compreendia que “as instituições sociais não podem aparecer imediatamente em seu significado político, pois isso significaria um retorno à Idade Média. [...] As instituições sociais enquanto tais não têm significado político e só podem então ganhar ‘eficácia e significação política’ quando elas renunciam aos seus interesses para que esses se realizem apenas de maneira puramente ‘formal’ como ‘assunto geral’ do Estado. Por isso, o burguês pode ser cidadão do Estado apenas como indivíduo, ou seja, enquanto ele está em ‘contradição com estas únicas comunidades aí presentes”.

modo a incentivar entre os seus discentes um senso recoberto de criticidade.

Para tanto, um novo direcionamento na formação dos professores foi essencial para o desenvolvimento do projeto que visava à nova sociabilidade para o capital. Conforme Oliveira (2008, p. 283), esse projeto teve duas intenções basilares:

formar os novos organizadores da cultura de acordo com as demandas técnicas e ético-políticas do capitalismo mundializado, e preparar as novas gerações para ser, pensar e agir de acordo com as exigências do capitalismo contemporâneo, além de prepará-la para a sobrevivência material e para a convivência social.

Desse modo, perante a redefinição das políticas de formação de professores, houve uma reconfiguração da função do Estado como responsável pelos direitos à educação, além de um intenso estímulo à instauração de parcerias empresariais com os setores da sociedade civil. Portanto, pode-se afirmar que a reforma gestada no Brasil após os anos 1990, sobretudo no campo educacional, ocorreu em meio ao projeto neoliberal de Terceira Via, que era expresso nos princípios da nova pedagogia da hegemonia.

Sendo assim, seja pela implementação de políticas públicas de qualidade social no seu cotidiano ou por meio da participação dos seus organismos representativos nas várias instâncias de pactuação social, os professores vêm se inserindo entre os intelectuais que, a partir de novas estratégias de organização da política, atuam na nova pedagogia da hegemonia.

## Referências

ANES, R. R. M. Ensino superior e reestruturação produtiva: os impactos no trabalho do professor. *Revista Profissão Docente*, v. 15, p. 66-79, 2015.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: o risorgimento – notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LAMARE, F. F. *Avanços e contradições nas políticas de formação de professores no Brasil contemporâneo: o caso do ProInfantil*. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, K. R. S. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *O empresariado da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002. p. 41-63.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MARTINS, A. S. *A direita para o social: a construção da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/ atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010. p. 23-38.

NAKAMURA, E. Z. C. O conceito marxiano de contradição na crítica à Filosofia do Direito de Hegel. *Cadernos Cemarx*, v. 7, p. 83-98, 2014.

NEVES, L. M. W. *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

\_\_\_\_\_. O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2013. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. *Perspectiva*, v. 29, p. 229-242, 2011.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. P.; SANTOS, M. A. C. *Debates e síntese do Seminário Fundamentos da Educação Escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.

OLIVEIRA, D. M. *A formação de professores a distância para a nova sociabilidade: análise do “Projeto Veredas” de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008.

PIRES, M. F. C. Education and the Historical and Dialectical Materialism. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, 1997.

RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, K. C. D. Trabalho docente e conhecimento. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG, 2007.

SOBRINHO, J. D.; DIAS, R. B. Acreditação da educação superior e C&T: política e ideologia. *Revista de Avaliação da Educação Superior*, v. 11, n. 4, 2006.

SOUZA, J. S. *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.